



Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

RELATÓRIO
E
CONTAS

2016



“Precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz. É condição da nossa salvação.

Misericórdia: é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade.

Misericórdia: é o acto último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro.”

Papa Francisco in Bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia



ÍNDICE

1 – Corpos Sociais	4
2 – Apresentação da Instituição	5
3 – Relatório de Gestão	6
4 – Numero Médio de Funcionários da Instituição	11
5 – Balanço	12
6 – Demonstração de Resultados	13
7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
8 – Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	15
9 – Anexo às Demonstrações Financeiras.....	17
10 – Demonstração dos Resultados por Valências com Repartição da Administração – 2016	36
11 – Parecer do Definitório	37
12 – Certificação Legal de Contas.....	39



1 – CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Paulo Rui Santos Reisinho Valdez
Vice - Presidente – Maria Luísa Parreira Gago da Silva Reynaud da Silva
Secretário – José Manuel Costa Valério

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor – Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira
Vice - Provedor - Eduardo Augusto Madeira Lopes
Secretário - Paulo Jorge Silva dos Santos
Tesoureiro - Paulo Alexandre Marques Neves

Mesários Efectivos:

Paula Margarida Nunes Botelho
Norberto Pires Gomes
Francisco José Banha Saldanha
José Manuel Gonçalves Almeida
Ricardo Jorge Reynaud da Silva
Emídio Nóbrega Simões
Graça de Fátima Rodrigues Croner Torres Bastos

Mesários Suplentes:

António Cândido de Almeida Teixeira
Daniela dos Santos Silva
Rui Bento Salas
Francisco José Farinha Martins

DEFINITÓRIO:

Presidente – Diamantino Santana Cordeiro
Vice - Presidente – Mário José Picoto Flores (*)
Secretário – Rogério Francisco Vaz de Carvalho

Vogais Suplentes:

Albano de Almeida
Carlos Manuel Vicente Benedy

(*) – O Exmo. Sr. Vice – Presidente do Definitório, Mário José Picoto Flores, faleceu no dia 25 de Dezembro de 2016



2 – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, reconhecida por Provisão pelo Rei D. Manuel, de 2 de Abril de 1500, é hoje uma Associação de Fiéis, com personalidade Jurídica Canónica e Civil. É hoje também, uma entidade da *Economia Social*, sujeita aos princípios orientadores das bases da Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio; pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014 (Republicação do Estatuto das IPSS's), com alteração pela Lei 76/2015 de 28 de Julho, considerada como Instituição Particular de Solidariedade Social e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Os seus fins são consignados à prática tradicional das *Catorze Obras de Misericórdia*, quer corporais quer espirituais, dispondo-se a desenvolver actividades de intervenção social na comunidade em que está inserida, nomeadamente:

- O apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência;
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Apoios à família e comunidade em geral;
- Promoção da Saúde e prestação de cuidados curativos, de reabilitação e reintegração;
- Exploração e manutenção de unidades de cuidados paliativos especializados de saúde;

Quando cumpra critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013 de 17 de Abril, do Parlamento Europeu e Conselho, sobre actividades secundárias e instrumentais, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal pode assumir a natureza de empresa social, para efeitos de fornecimento de bens e serviços sociais a pessoas marginalizadas ou vulneráveis, desfavorecidas ou excluídas, no âmbito de acção em empreendedorismo social.

Por estar também consignada à natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, cumpre-lhe igualmente, agir no sentido da defesa do seu património edificado e móvel, adquirido ao longo da sua existência, nas suas vertentes cultural e artísticas, religiosas e civis, bem como, na salvaguarda dos seus aspectos material e imaterial.

A sua **Missão** consiste assim, através das *Respostas Sociais* em execução, em assistir os Indivíduos que se encontram em situação de carência ou disfunção social, permanente ou temporária, atendendo aos princípios da dignidade humana, da família, da co-responsabilidade e entreajuda.

A sua **Visão** consiste em ser a instituição de referência em respostas sociais especializadas e plurisectoriais, distinguindo-se no universo das restantes IPSS's existentes na comunidade/Região em que está inserida.

Os seus **Valores** permanecem alocados à sua tradição fundacional, designadamente, da Caridade Cristã, traduzida na enunciação e prática das 14 Obras de Misericórdia, e bem assim, consignados à solidariedade, dignidade, equidade e tolerância sociais.



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Instituição centenária, vem prestando ao longo de mais de 500 anos serviços à comunidade Setubalense nas áreas sociais e da saúde.

Dando continuidade ao necessário trabalho de reajustamento funcional desenvolvido por esta direcção, foram desenvolvidas diversas acções de avaliação das operações em que a SCMS se encontra empenhada tendentes à apreciação de eventuais riscos associados quer à manutenção dos actuais níveis de rendimento quer ao volume de gastos associados à actividade e níveis de utilização dos recursos disponíveis.

Neste sentido foi possível proceder à consolidação da lista de Irmãos que já não tinha qualquer actualização desde 2010 por forma a que esta possa evidenciar apenas os Irmãos que mantêm ligação activa de acordo com o Compromisso da SCMS. Em resultado desta acção e atendendo ao histórico, irá ser necessário proceder ao correcto apuramento dos valores referentes às quotizações que ainda estando no balanço deverão ser objecto de anulação.

De igual forma, relativamente aos rendimentos provenientes dos imóveis arrendados e atendendo à necessidade de maximizar esta importante fonte de rendimento, não perdendo no entanto o foco na vertente social que preside à SCMS, foi necessário reapreciar a forma de registo do rendimento, reflectindo como proveito apenas os valores efectivamente recebidos, estando em curso uma avaliação de natureza jurídica de modo a identificar as situações que poderão dar origem a acções judiciais de reclamação das rendas não recebidas.

Paralelamente, entende a Mesa que poderá ser necessário, dando sequência à necessidade de prosseguir com um conjunto de acções tendentes a otimizar a utilização dos recursos disponíveis e dos correspondentes gastos suportados, decorrentes de alterações nos serviços de suporte e apoio à operação da SCMS (lavandaria, etc), salvaguardar a eventual necessidade de poderem surgir deste processo encargos adicionais.

Assim, numa perspectiva prudencial e em função da apreciação efectuada pela Mesa quanto ao resultado dos trabalhos em curso, foi registada uma Provisão para riscos e encargos num total de 55 mil euros, de forma a poder fazer face à eventual necessidade de proceder a ajustamentos nos activos ou nos passivos evidenciados no balanço. Tendo em conta a antiguidade de algumas das situações em avaliação, foi entendido afectar parte desta provisão a resultados transitados.

Em relação ao apoio prestado, o número médio de utentes apoiados continua a aumentar conforme exposto na tabela:

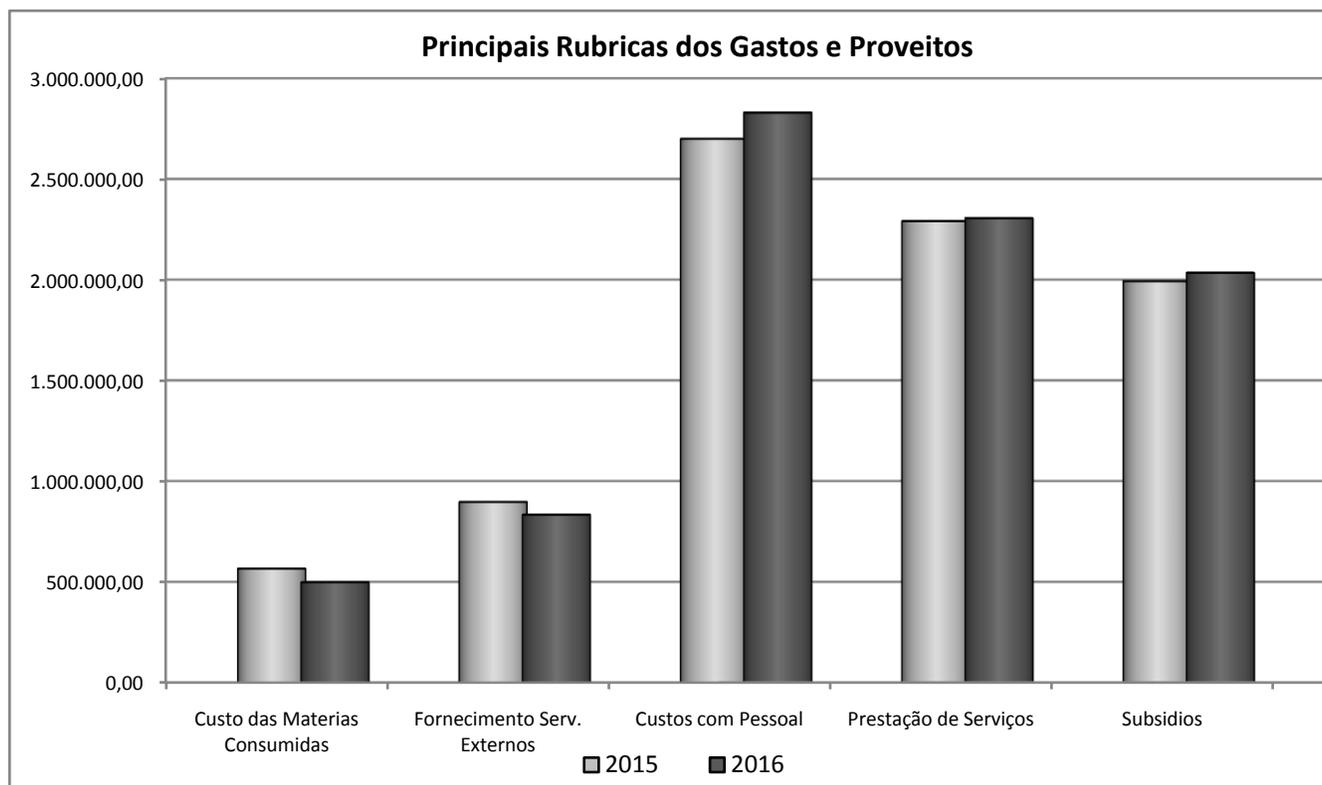


Respostas Sociais	2016	2015
Lar Acácio Barradas	32	33
Lar Dr. Paula Borba	95	95
Centro Apoio Idosos Dependentes	58	56
Apoio Domiciliário	85	88
CATI - Lar	78	78
CATI - Serv. Apoio Domiciliário	36	30
CATI - Centro Dia	4	4
Total Utentes	388	384

Durante o ano de 2016, a racionalização das despesas face às receitas manteve-se.

O aumento dos Custos com Pessoal resultou de uma imposição legal, aumento do Salário Mínimo Nacional de 505,00€ para 530,00€, dos custos indirectos daí resultantes, nomeadamente, TSU e premio dos Seguros de Acidentes de Trabalho, bem como dos aumentos resultantes do novo acordo colectivo de trabalho.

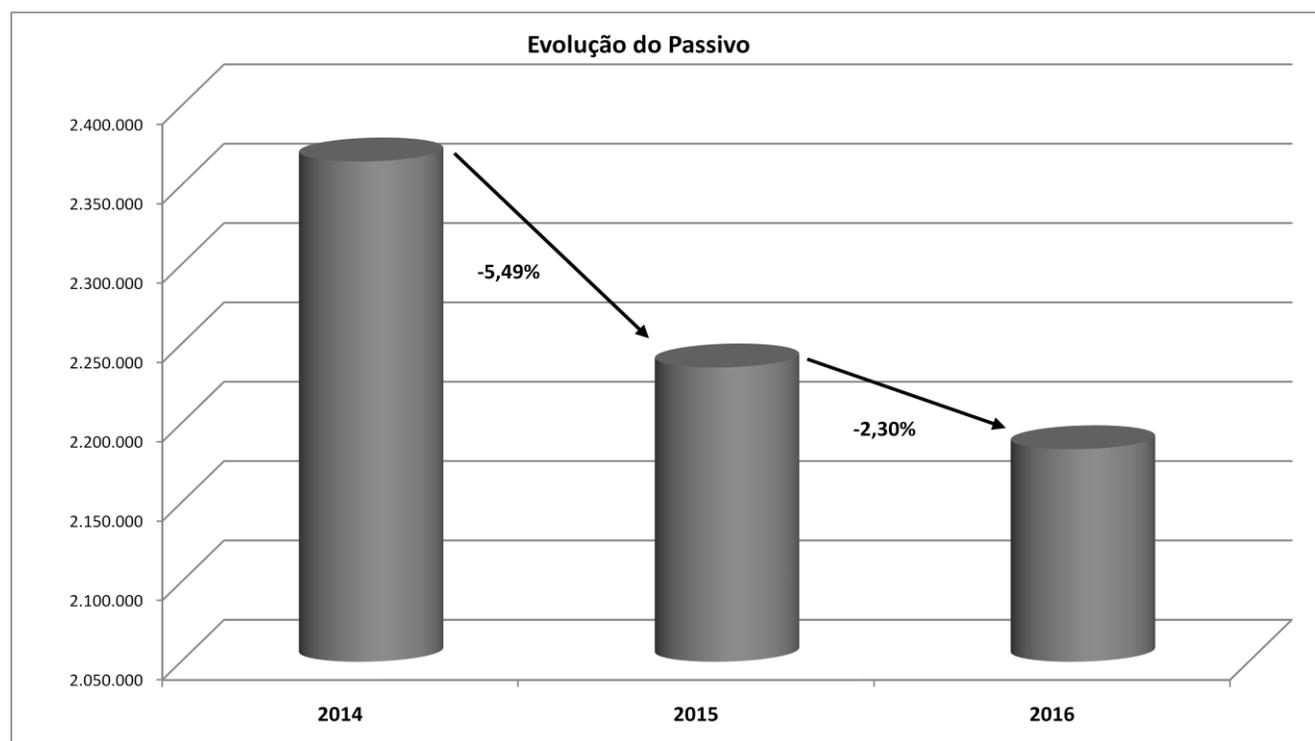
Contudo, mantivemos o nosso objectivo de otimizar a utilização dos recursos, maximizando o seu retorno. Fizemos incidir o foco da nossa acção na eficiência e na qualidade dos nossos serviços o que permitiu uma redução no Custo das Mercadorias Consumidas e no Fornecimento dos Serviços Externos.





Da apreciação da evolução das posições de balanço expressas no quadro acima é essencial registar a redução do passivo global de cerca de 51 K eur, para a qual contribuiu essencialmente a redução dos volumes da dívida a fornecedores no montante de 241 K eur, verificando-se no entanto um aumento nas outras componentes, essencialmente nos acréscimos de gastos e provisões. A dívida líquida, face ao esforço na redução dos valores a pagar a fornecedores apresenta um aumento residual de 18 K eur.

Em Euros			
	2016	2015	var %
ATIVO:			
Ativos fixos tangíveis	5 694 627	5 774 400	-1,38%
Propriedades de investimento	5 766 506	5 849 571	-1,42%
Outros Ativos	506 847	442 523	14,54%
TOTAL ATIVO	11 967 980	12 066 494	-0,82%
PASSIVO:			
Fornecedores e Financiamentos	1 121 929	1 331 337	-15,73%
Acréscimos gastos, credores e outros passivos	1 062 016	904 132	17,46%
TOTAL PASSIVO	2 183 945	2 235 469	-2,30%





Em Euros

	2016	2015	var %
Serviços prestados e subsídios	4 339 117	4 282 787	1,32%
Ganhos imputados subsidiárias	26 204	17 532	49,46%
Consumos materiais	497 800	565 158	-11,92%
Fornecimentos e serviços externos	832 836	896 287	-7,08%
Gastos com o pessoal	2 828 964	2 698 805	4,82%
Imparidades e provisões	27 863	16 688	66,96%
Outros rendimentos	162 399	195 713	-17,02%
Outros gastos	83 047	139 537	-40,48%
ebitda	257 211	179 557	43,25%
Amortizações	203 365	153 607	32,39%
Juros suportados	52 144	52 669	-1,00%
Resultado do ano	1 701	-26 718	106,37%

Em síntese e quanto ao comportamento do resultado apurado no exercício e de acordo com a evolução das principais rubricas de rendimentos e gastos, é de salientar que o mesmo contou com os contributos negativos dos gastos com o pessoal, amortizações, provisões e rendas recebidas (-224 K) e o impacto positivo decorrente dos aumentos dos serviços prestados e subsídios e ganhos de subsidiárias (+64 K eur), e das reduções ocorridas nos fornecimentos e serviços externos, custo dos consumos e outros gastos (+189 K eur).

As variações registadas contribuíram assim para o apuramento de um resultado líquido positivo de 1.701 eur, valor que embora de pouca expressão, traduz uma recuperação significativa face ao prejuízo de 26.718 eur ocorrido no ano anterior.

	2016	2015
Resultado Líquido do Exercício	1.701,48	-26.718,15
Cash Flow (1)	232.929,67	143.576,46
EBITDA (2)	257.210,96	179.557,20

(1) – Cash Flow= Resultado Líquido Exercício + Depreciações e Amortizações

(2) – EBITDA = Resultado Líquido Exercício + Impostos + Juros + Depreciações e Amortizações



Para o ano de 2017 e tendo presente o enquadramento proporcionado pelos objectivos estratégicos definidos e as perspectivas decorrentes do plano de actividades aprovado, perspectivamos continuar a meta de racionalização dos recursos disponíveis, principal factor de suporte ao reequilíbrio estrutural da nossa Instituição, uma vez que na vertente das receitas e embora sendo esperado algum acréscimo, os níveis de actividade, quer no que respeita ao universo de utentes actualmente existente quer quanto às actividades asseguradas, não deverão conduzir a alterações substanciais ao quadro actualmente existente. Continuando a manter o foco no desempenho da importante função social que asseguramos e no cumprimento das metas traçadas, estamos certos que estaremos em condições de continuar a assegurar a plenitude dos serviços que prestamos aos nossos utentes.

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 1.701,48€ propõe-se a transferência para Resultados Transitados.

Setúbal, 7 de Março de 2017

Pela Mesa Administrativa

(Provedor)

**4 – NUMERO MÉDIO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO****1 – Valências Sociais**

	Lar Acácio Barradas		Lar Dr. Paula Borba		CAID		Apoio Domiciliário		CATI (ERPI, SAD, CD e CS)*	
	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.
Directora Coordenadora	-	-	-	-	1	0	-	-	1	0
Técnica Sup. Serviço Social	1	0	1	0	-	-	1	0	1	0
Terapeuta Ocupacional	-	-	1	0	-	-	-	-	0	0
Fisioterapeuta	-	-	-	-	1	0	-	-	1	0
Encarregada Serv. Gerais	-	-	1	0	-	-	-	-	1	0
Ajudante Lar	13	0	22	0	24	0	-	-	20	0
Ajudantes Familiares	-	-	-	-	-	-	29	3	0	5
Trabalhadoras Serv. Gerais	3	0	5	0	5	0	-	-	7	0
Animadora Socio-Cultural	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0
Porteiro	1	0	2	0	2	0	-	-	-	-
Cozinheira	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-
Empregadas de Refeitório	-	-	3	0	6	0	-	-	4	0
Psicólogo	0	1	0	1	-	-	-	-	-	-
Enfermeiros	**	**	**	**	**	**	**	**	0	5

* - ERPI - Lar | SAD - Serv. Apoio Domiciliário | CD - Centro de Dia | CS - Cantina Social

** - O Pessoal do Serviço de Enfermagem está descrito no ponto 2

2 – Outras Valências

	Serv. Administrativos		Património		Serviços de Saúde		Lavandaria		Cozinha		Clínica	
	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.	Funcion.	Prest. Serv.
Directora Coordenadora	2	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engarregado Sector	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0	-	-
Administrativos	7	1	1	1	-	-	-	-	1	0	3	0
Motoristas	3	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Porteiros	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhadoras Serv. Gerais	1	0	-	-	-	-	2	0	-	-	2	0
Arquiteta	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpinteiro	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedreiro	-	-	2	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Servente de Pedreiro	-	-	2	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Pintor	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Electricista	-	-	2	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Canalizador	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Médico	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-
Enfermeira Coordenadora	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-
Enfermeiros	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	-
Operadoras de Lavandaria	-	-	-	-	-	-	2	0	-	-	-	-
Costureiras	-	-	-	-	-	-	3	0	-	-	-	-
Engomadoras	-	-	-	-	-	-	5	0	-	-	-	-
Cozinheira	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0	-	-
Empregada de Refeitório	-	-	-	-	-	-	-	-	6	0	-	-
Ajudantes de Cozinha	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0	-	-
Fisioterapeutas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1
Ajudantes de Fisioterapia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	0
Fisiatras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2



5 – BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2016	2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	5.694.626,80	5.729.399,88
Propriedades de investimento	5	5.766.506,08	5.849.570,55
Investimentos financeiros	6	60.059,42	30.173,56
Subtotal		11.521.192,30	11.609.143,99
Ativo corrente			
Inventários	7	9.548,81	13.567,61
Clientes	8	36.344,96	42.063,23
Estado e outros Entes Públicos	9	15.345,26	18.428,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10	17.013,67	32.732,17
Créditos a receber	11	327.291,47	295.486,46
Diferimentos	12	15.050,09	42.161,64
Caixa e depósitos bancários	13	26.193,61	12.909,68
Subtotal		446.787,87	457.349,09
Total do Ativo		11.967.980,17	12.066.493,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	2.567.991,77	2.567.991,77
Resultados transitados	14	(4.788.078,69)	(4.717.660,54)
Excedentes de revalorização	14	9.805.082,78	9.805.082,78
Ajustamentos / Outras Variações Capitais Próprios / Fundos patrimoniais	14	2.197.337,76	2.202.328,40
Subtotal		9.782.333,62	9.857.742,41
Resultado Líquido do período	14	1.701,48	(26.718,15)
Total do fundo do capital		9.784.035,10	9.831.024,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	55.000,00	-
Financiamentos obtidos	16	41.812,32	188.762,22
Subtotal		96.812,32	188.762,22
Passivo corrente			
Fornecedores	17	639.925,40	880.622,74
Estado e outros Entes Públicos	9	114.522,29	113.922,90
Financiamentos obtidos	16	440.191,64	261.952,21
Outras dividas a pagar	18	892.493,42	790.208,75
Subtotal		2.087.132,75	2.046.706,60
Total do passivo		2.183.945,07	2.235.468,82
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		11.967.980,17	12.066.493,08



6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS a 31 de DEZEMBRO 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	19	2.304.887,89	2.290.417,69
Subsídios, doações e legados à exploração	20	2.034.229,05	1.992.369,54
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias ,associadas e emp. Conj.	6	26.203,63	17.532,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(497.799,95)	(565.157,54)
Fornecimentos e serviços externos	22	(832.835,58)	(896.286,71)
Gastos com o pessoal	23	(2.828.963,89)	(2.698.805,49)
Imparidade de Dividas a Receber	24	(16.563,00)	(21.728,34)
Provisões (aumentos/reduções)	15	(11.300,00)	5.040,00
Outros rendimentos	25	162.399,42	195.713,32
Outros gastos	26	(83.046,61)	(139.537,43)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		257.210,96	179.557,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(203.365,19)	(153.606,61)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53.845,77	25.950,59
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	28	(52.144,29)	(52.668,74)
Resultados antes de impostos		1.701,48	(26.718,15)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		1.701,48	(26.718,15)



7 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade Monetária: Euros

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes e utentes	2.228.313,26	2.190.822,20
Pagamento de subsídios	0,00	0,00
Pagamento de apoios	0,00	0,00
pagamento de bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-1.589.042,62	-1.671.857,94
Pagamentos ao pessoal	-2.765.557,57	-2.586.901,77
Caixa gerada pelas operações	-2.126.286,93	-2.067.937,51
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos (Nota 13.1)	2.070.955,95	1.970.789,53
Fluxos das actividades operacionais [1]	-55.330,98	-97.147,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-42.832,86	-29.776,64
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos	-12.788,40	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros (Nota 13.1)	102.536,26	120.830,00
Outros activos	15.468,29	545,80
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	117,90	115,61
	118.122,45	121.491,41
Fluxos das actividades de investimento [2]	62.501,19	91.714,77
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	355.017,09	132.500,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-323.812,78	-185.053,30
Juros e gastos similares	-25.093,81	-23.397,38
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
	-348.906,59	-208.450,68
Fluxos das actividades de financiamento [3]	6.110,50	-75.950,68
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	13.280,71	-81.383,89
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.892,97	94.276,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	26.173,68	12.892,97



8 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2016

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do período 01-01-2016	6	2.567.991,77	-4.717.660,54	9.805.082,78	2.202.328,40	-26.718,15	9.831.024,26	9.831.024,26
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00	0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-9.978,62	-9.978,62	-9.978,62	-9.978,62
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.						0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.						0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-43.700,00		4.987,98	-38.712,02	-38.712,02	-38.712,02
						0,00	0,00	0,00
	7	0,00	-43.700,00	0,00	-4.990,64	0,00	-48.690,64	-48.690,64
Resultado líquido do período	8					1.701,48	1.701,48	1.701,48
Resultado extensivo	9=7+8					1.701,48	-46.989,16	-46.989,16
Operações com instituidores no período								
Fundos						0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados						0,00	0,00	0,00
Distribuições								
Outras operações			-26.718,15			26.718,15	0,00	0,00
	10	0,00	-26.718,15	0,00	0,00	26.718,15	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2016	6+7+8+10	2.567.991,77	-4.788.078,69	9.805.082,78	2.197.337,76	1.701,48	9.784.035,10	9.784.035,10

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2015

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 01-01-2015	6	2.567.991,77	-5.415.627,31	8.728.382,32	1.252.491,11	125.112,74	7.258.350,63	7.258.350,63
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-9.978,62		-9.978,62	-9.978,62
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.			572.854,03	-572.854,03			0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.				1.649.554,49			1.649.554,49	1.649.554,49
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					959.815,91		959.815,91	959.815,91
							0,00	0,00
	7	0,00	572.854,03	1.076.700,46	949.837,29	0,00	2.599.391,78	2.599.391,78
Resultado líquido do período	8					-26.718,15	-26.718,15	-26.718,15
Resultado extensivo	9=7+8					-26.718,15	2.572.673,63	2.572.673,63
Operações com instituidores no período								
Fundos							0,00	0,00
Subsídios, doações e legados							0,00	0,00
Distribuições								
Outras operações			125.112,74			-125.112,74	0,00	0,00
	10	0,00	125.112,74	0,00	0,00	-125.112,74	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2015	6+7+8+10	2.567.991,77	-4.717.660,54	9.805.082,78	2.202.328,40	-26.718,15	9.831.024,26	9.831.024,26

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



9 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(montantes expressos em euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal–S.C.M.S., com sede na Rua Acácio Barradas Nº 2 em Setúbal, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída por despacho publicado no Diário da Republica II Serie de 20/05/83, registada na Segurança Social aprovado pela portaria Nº778/83 de 23 de julho na Direção Geral da Segurança Social, no livro I das irmandades da Misericórdia sob o Nº 13/84, a folhas 166 verso e 167, em 06/06/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal é uma associação de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, salvaguardando os seus valores culturais e históricos, tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais direcionadas para a Terceira Idade e Religião, privilegiando os grupos mais vulneráveis e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

No exercício de 2015 foi concluído o processo de adaptação do *Compromisso* aos princípios básicos da Lei nº 30/2013 de 8 de maio e do Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014 de 14 de novembro, tendo sido aprovado na assembleia-geral realizada em 25/06/2015 o novo *Compromisso*.

Do novo compromisso ressalta a inclusão neste documento base da instituição de todo um conjunto de atividades passíveis de serem exercidas com vista à concretização dos fins subjacentes à sua criação e funcionamento, as quais na sua generalidade têm em conta as características de intervenção social subjacentes à instituição.

No ano anterior merece também referência a conclusão do processo de avaliação dos imóveis, do qual resultou um importante incremento nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento, num total de 1.65 M euros, e a incorporação nos ativos de um conjunto de imóveis anteriormente doados ou herdados pela Santa casa da Misericórdia de Setúbal cujo registo processual só nesse ano ficou concluído e que originou um acréscimo de 0,96 M Euros (notas 4 e 5).

Relativamente aos bens do património histórico, artístico e cultural, não foi ainda possível concluir a sua própria inventariação com vista à determinação do respetivo valor associado, pelo que o balanço apresentado não integra qualquer valor desta natureza.

2 - COMPARABILIDADE E REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico

Em 2016 as demonstrações financeiras da S.C.M.S.– Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicado às entidades do sector não lucrativo SNC-ESNL, efetivas para o



período iniciado em 1 de janeiro de 2016, conforme alterações normativas constantes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (“EC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) consignadas no aviso 82594/2015 de 29 de julho de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

A aplicação do normativo atualmente em vigor não provocou qualquer alteração nos valores comparativos apresentados, sendo apenas ajustadas as designações de algumas rubricas que integram o balanço e a demonstração de resultados.

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3–Regime do acréscimo

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e “Diferimentos”.

2.4–Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5–Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6–Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7–Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8–Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1–Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo, com exceção de algumas situações específicas desta entidade tais como bens do ativo atribuídos a título gratuito e inventários a serem oferecidos no âmbito da atividade da ESNL.

3.2–Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços, constituído por participações dos utentes sob a forma de mensalidades, calculado por avaliação técnica e de acordo com a situação socio-económica das famílias em regime proporcional, por quotas dos associados, rendas provenientes da exploração económica do património imobiliário, registadas em função do seu recebimento efetivo, e receitas associadas aos Ativos Fixos Tangíveis Operacionais. Atendendo à atividade desenvolvida o rédito inclui ainda os montantes recebidos da Segurança Social a título de participações no custo dos utentes.

3.3–Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os imóveis incluídos nesta rubrica foram inicialmente reavaliados com referência a 31 de dezembro de 2002, tendo no exercício de 2015 sido terminado novo trabalho de reavaliação, permitindo a atualização dos valores de balanço (nota 4.2).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não foram objeto de registo.

A generalidade das taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada indicados abaixo:

<u>Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	30
Equipamento básico	4-6
Equipamento de transporte	4-5
Equipamento administrativo	3-5

Relativamente aos Edifícios e outras construções, o período de vida útil é o que decorre da reavaliação efetuada em 2015. O edifício do Caid, não incluído nesta reavaliação, mantém a vida útil atribuída na reavaliação de 2002 que é de 75 anos.



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os imóveis incluídos nesta rubrica foram inicialmente reavaliados com referência a 31 de dezembro de 2002, tendo no exercício de 2015 sido terminado novo trabalho de reavaliação, permitindo a atualização dos valores de balanço (nota 5).

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações e seguros, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	30

3.5 – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais se detêm uma influência significativa ou onde se exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação detida nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando se tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação.



3.6 –Créditos a receber

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

3.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

3.8 – Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9 – Subsídios, doações e legados á exploração

Os subsídios á exploração relacionados com rendimentos são imputados ao resultado do período, salvo se se destinarem a financiar gastos e despesas a incorrer em exercícios futuros, em que se difere o montante recebido até ao momento em que ocorre o gasto.

Os subsídios do governo e outras entidades, não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, para os ativos depreciáveis, são reconhecidos como rendimentos à medida que ocorrem as suas depreciações.

Relativamente aos subsídios para ativos não depreciáveis (Terrenos), são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

3.10- Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

3.11–Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.



4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

4.1 - Ativos Fixos Tangíveis 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.232.945,51	56.799,86	(1.034,88)	-	-	3.288.710,49
Equipamento básico	1.151.913,41	13.812,95	-	-	-	1.165.726,36
Equipamento de transporte	163.713,88	-	-	-	-	163.713,88
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	353.039,91	3.161,31	-	-	-	356.201,22
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	8.382.453,26	73.774,12	(1.034,88)	-	-	8.455.192,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.062.182,59	71.111,41	-	-	-	1.133.294,00
Equipamento básico	1.098.648,06	16.225,23	-	-	-	1.114.873,29
Equipamento de transporte	147.723,88	15.990,00	-	-	-	163.713,88
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	344.498,85	4.185,68	-	-	-	348.684,53
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.653.053,38	107.512,32	-	-	-	2.760.565,70
VALOR LIQUIDO						5.694.626,80



4.2 - Ativos Fixos Tangíveis 2015

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.663.750,00	-	-	-	817.090,55	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.385.871,51	33.889,51	(2.716,56)	-	(184.098,95)	3.232.945,51
Equipamento básico	1.129.801,28	22.112,13	-	-	-	1.151.913,41
Equipamento de transporte	163.713,88	-	-	-	-	163.713,88
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	347.732,00	5.307,91	-	-	-	353.039,91
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	7.690.868,67	61.309,55	(2.716,56)	-	632.991,60	8.382.453,26
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.301.172,92	74.944,67	-	-	(313.935,00)	1.062.182,59
Equipamento básico	1.082.679,93	15.968,13	-	-	-	1.098.648,06
Equipamento de transporte	131.733,88	15.990,00	-	-	-	147.723,88
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	341.225,48	3.273,37	-	-	-	344.498,85
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.856.812,21	110.176,17	-	-	(313.935,00)	2.653.053,38
					VALOR LIQUIDO	5.729.399,88



4.3 Reavaliação Ativos Fixos Tangíveis

O valor líquido dos Ativos Fixos Tangíveis reavaliados é o seguinte:

	Valor líquido 31/12/2015	Depreciações 2016	Valor líquido 31/12/2016
Terrenos	3 480 841		3 480 841
Edifícios	1 861 524	36 605	1 824 919
Total	5 342 364	36 605	5 305 759

Atendendo à recente operação de avaliação e tendo em conta que a evolução ocorrida no mercado desde essa altura não indicia alterações que possam por em causa os valores dessa avaliação, a Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam atuais e que o valor líquido de balanço à data de 31/12/2016 corresponde ao efetivo valor dos ativos.

Relativamente ao imóvel do Caid reavaliado em 2002 e não incluído na avaliação de 2015, continua a aguardar a conclusão do processo integral de registo. Para este imóvel foram mantidos sem qualquer alteração os valores líquidos contabilísticos e a vida útil atribuída na anterior reavaliação. O valor líquido à data de 31/12/2016 ascende a 2.455.112 euros.

5 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica diz respeito a imóveis e terrenos de propriedade da SCMS que se encontram arrendadas.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015, foram os constantes do quadro abaixo:

	2016	2015
	Edifícios e Out. Const.	Edifícios e Out. Const.
Propriedades de Investimento		
Saldo Inicial	5.954.825,57	5.360.665,49
Aumentos	12.788,40	1.662.443,80
Diminuição	-	(1.068.283,72)
Saldo Final	5.967.613,97	5.954.825,57
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	105.255,02	1.130.108,30
Depreciações Exercício	95.852,87	43.430,44
Aumentos	0,00	0,00
Diminuição	-	(1.068.283,72)
Saldo Final	201.107,89	105.255,02
Valor Líquido	5.766.506,08	5.849.570,55



Os movimentos referentes ao exercício de 2015 resultam essencialmente da reavaliação efetuada e do registo proveniente da operação de regularização patrimonial e documental de doações e heranças ocorridas em exercícios anteriores. O aumento líquido nesse ano ascendeu a cerca de 489 mil euros.

Tal como foi referido para os Ativos Fixos Tangíveis e dada a recente operação de avaliação, a Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam atuais e que o valor líquido de balanço à data de 31/12/2016 dos imóveis reavaliados, incluindo os mencionados no parágrafo anterior, no montante de 5.752.172 euros, corresponde ao efetivo valor destes ativos.

6 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31.12.2016 e 31.12.2015, o saldo da rubrica é conforme se segue:

<i>Descrição</i>	<i>2016</i>	<i>2015</i>
<i>Participações financeiras</i>	<i>50.679,56</i>	<i>24.475,93</i>
<i>Fundo Compensação Trabalho</i>	<i>9.379,86</i>	<i>5.697,63</i>
Total	60.059,42	30.173,56

Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal detém à data de 31 de Dezembro de 2016 a seguinte participação:

<i>Denominação</i>	<i>%</i>	<i>Capital próprio</i>	<i>Resultado líquido</i>	<i>Valor da Participação</i>
<i>Gesmiseris - Unipessoal, Lda</i>	<i>100</i>	<i>50.679,56</i>	<i>26.203,63</i>	<i>50.679,56</i>

O movimento ocorrido durante o ano de 2016 foi o seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
<i>Saldo inicial a 01/01/2016</i>	<i>24.475,93</i>
<i>Ganhos imputados de subsidiárias</i>	<i>26.203,63</i>
<i>Saldo final a 31/12/2016</i>	<i>50.679,56</i>

Em 31 de Dezembro de 2016, a empresa apresentava os seguintes saldos e transacções com a empresa participada:



Transações	2016	2015
Rendas (i)	3 600,00	4 800,00
Compras	95 288,39	137 530,41

Saldos	2016	2015
Contas a Pagar	136 832,95	104 466,37
Contas a receber		2 000,00

(i) – Atendendo à atual forma de registo do valor das rendas em função do seu efectivo recebimento, o montante de 2016 refere-se aos 9 meses já recebidos.

7 – INVENTÁRIOS

Desta rubrica fazem parte diversos materiais utilizados para a higiene, tratamento e bem-estar dos utentes, que totalizam em 31.12.2016 e 31.12.2015 respectivamente as quantias de 9.548,81 euros e 13.567,61 euros.

8– CLIENTES e UTENTES

A rubrica do balanço clientes no montante de 36.344,96 euros refere-se a dívida dos utentes dos lares. Este montante tem incluído um total de imparidade de 4.749,83 euros.

9– ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

	2016	2015
Descrição		
Ativo		
IVA a Recuperar	15.345,26	18.428,30
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	15.345,26	18.428,30
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	18.036,55	19.737,96
Segurança Social	95.991,23	93.821,64
Outros Tributaçãoes	494,51	363,30
Total	114.522,29	113.922,90



10 – FUNDADORES / BENEMERITOS / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015 os saldos em aberto relativo aos associados eram como segue:

Descrição	2016			2015		
	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Líquida
Associados						
Associados C/C	34.482,47	(17.468,80)	17.013,67	75.200,97	(42.468,80)	32.732,17
Associados Cob. Duv.	137.152,25	(137.152,25)	-	92.589,25	(92.589,25)	0,00
	171.634,72	(154.621,05)	17.013,67	167.790,22	(135.058,05)	32.732,17

Durante o exercício de 2016 foi realizada uma operação de comunicação com o universo dos Irmãos constantes das listas com o objectivo de considerar em ativo apenas os Irmãos que manifestamente declararam a sua aderência aos princípios constantes do “Compromisso” da SCMS.

Os valores de imparidade registaram um acréscimo de cerca de 19 mil euros. A regularização dos montantes em aberto nas rubricas referidas no quadro de forma a que permaneçam em saldo apenas os valores correspondentes aos Irmãos em ativo será concluída em 2017.

11– CRÉDITOS A RECEBER

A Rubrica Créditos a receber desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	17.730,02	27.222,96
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.476,20	16.921,18
Subsistemas	97.851,74	103.136,13
Utentes	176.614,97	119.019,78
Inquilinos	21.609,00	29.176,87
Outros Devedores	37.879,72	40.879,72
Perdas por Imparidade	(37.870,18)	(40.870,18)
Total	327.291,47	295.486,46

No presente exercício a redução dos valores da imparidade associada aos saldos de Utentes, no valor de 3 mil euros, corresponde ao montante dos saldos em atraso efetivamente recuperado.

Relativamente à rubrica de inquilinos, a qual apresenta uma redução de 7.568 euros, é de referir que atendendo ao acumular de situações associadas às dificuldades de cobrança, a SCMS passou a proceder apenas ao reconhecimento do rédito pelos valores efetivamente recebidos (nota 3.2), pelo que o valor em aberto refere-se aos montantes de rendas por cobrar até 31/12/2015. O montante de rendas não recebidas referentes a 2016 ascende a cerca de 20 mil euros.



Está em curso o levantamento das situações que por via de ações judiciais poderão ainda ser objeto de recuperação. Tendo em conta igualmente que em alguns destes casos os inquilinos ainda permanecem nos imóveis, poderá ser eventualmente necessário o dispêndio de valores adicionais.

12- DIFERIMENTOS

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015 as rubricas do ativo corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Juros	13.231,98	39.714,42
Seguros	1.818,11	2.447,42
Total	15.050,09	42.161,84

O saldo em aberto da conta de juros diferidos refere-se ao montante de juros subjacentes ao acordo de liquidação da dívida à Serunion e correspondem ao valor dos juros a reconhecer em 2017.

13 – CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS

Em 31.12.2016 e 31.12.2015 a rubrica Caixa e Depósitos Bancários decompõe-se como se segue:

Descrição	2016	2015
Saldos Activos		
Caixa	18.616,40	9.449,46
Depositos à Ordem	7.360,01	3.243,02
Outros Depositos Bancarios	217,20	217,20
Sub-Total	26.193,61	12.909,68
Saldos Passivos		
Depositos à Ordem	-19,93	-16,71
Total	26.173,68	12.892,97
Varição Saldos Caixa 2015/2014	13.280,71	-81 383,89

13.1 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Outros Recebimentos / Pagamentos

O valor apresentado inclui os subsídios recebidos correspondentes às valências da instituição em 2016 e 2015 no montante de 2.034.229,05 euros e 1.992.369,54 euros respetivamente.

Recebimentos de Investimentos Financeiros

O valor apresentado refere-se fundamentalmente a rendas recebidas de inquilino em 2016 e 2015 no montante de 98.721 euros e 114.400 euros respetivamente.



14– FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações ocorridas nos Fundos Patrimoniais foram as seguintes:

Descrição	31-12-2015	Aumentos	Diminuições	Transferencias entre contas	31-12-2016
Fundos	2.567.991,77	-	-	-	2.567.991,77
Resultados transitados	(4.717.660,54)	(70.418,15)	-	-	(4.788.078,69)
Excedentes de revalorização	9.805.082,78	-	-	-	9.805.082,78
Ajustam./Outras Variações CP / Fundos Patri.					
Doações e Similares	1.662.734,28	4.987,98	-	-	1.667.722,26
Subsídios ao Investimento	618.698,58		(9.978,62)		608.719,96
Outros	(79.104,46)				(79.104,46)
Total Ajust./OVCP / FP	2.202.328,40	4.987,98	(9.978,62)	-	2.197.337,76
Resultado Líquido do Período	(26.718,15)	1.701,48	(26.718,15)	-	1.701,48
Total	9.831.024,26	(63.728,69)	(36.696,77)	0,00	9.784.035,10

A variação ocorrida em resultados transitados resulta da transferência do resultado apurado em 2015 e do registo de parte da provisão para outros riscos e encargos, conforme nota 15.

15 - PROVISÕES

Em 31.12.2016 e 31.12.2015, o saldo da rubrica “Provisões” é conforme se segue, tendo sido no presente exercício objeto de anulação a provisão anteriormente existente em balanço:

Descrição	2016	2015
Outras Provisões	55.000,00	0,00
Total	55.000,00	0,00

No presente exercício foi dada continuidade às ações de avaliação dos níveis de utilização dos recursos disponíveis e dos gastos suportados com as valências asseguradas, nomeadamente energéticos ou outros decorrentes dos diferentes serviços de suporte e de apoio à operação da SCMS (lavandaria, etc).

De igual forma, como mencionado nas notas 10 e 11, e não estando concluídos os respetivos processos, entendeu a Mesa, numa perspetiva prudencial quanto ao resultado dos trabalhos em curso e também de forma a salvaguardar a eventual necessidade de poderem vir a ocorrer encargos adicionais, registar uma Provisão para riscos e encargos num total de 55 mil euros de forma a poder fazer face à eventual necessidade de proceder a ajustamentos nos ativos ou nos passivos evidenciados no balanço. Tendo em conta a antiguidade de algumas das situações em avaliação, foi entendido afetar parte desta provisão a resultados transitados. (notas 14 e 24)

**16– FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015, o saldo da rubrica “Financiamentos Obtidos” é conforme se segue:

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	325.606,79	7.134,30	332.741,09	175.745,94	114.535,34	290.281,28
Locações Financeiras	3.564,92	678,02	4.242,94	6.189,56	4.243,97	10.433,53
Contas caucionadas	111.000,00	34.000,00	145.000,00	80.000,00	69.982,91	149.982,91
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	19,93	-	19,93	16,71	-	16,71
Total	440.191,64	41.812,32	482.003,96	261.952,21	188.762,22	450.714,43

17– FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores nos exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	599.925,40	865.622,74
Fornecedores títulos a pagar	40.000,00	15.000,00
Total	639.925,40	880.622,74

18– OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A Rubrica Outras dividas a pagar desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2016	2015
Fornecedores de Investimentos	32.789,90	6.967,76
Credores por acréscimos de gastos	627.195,12	571.073,07
Utentes	186.682,87	170.443,78
Ossarios	6.840,00	5.715,00
Outros credores	38.985,53	36.009,14
Total	892.493,42	790.208,75

O montante registado em “Credores por acréscimo de gastos” diz respeito, essencialmente, à estimativa de remunerações a liquidar ao pessoal. O valor total da estimativa de remunerações ao pessoal, 594.523,11 euros, tem incluído um montante de 171.999,51 euros respeitante ao C.A.T.I.

**19- SERVIÇOS PRESTADOS**

As prestações de Serviços a 31.12.2016 e em 31.12.2015 detalhavam-se conforme se segue:

Descrição	2016	2015
Mensalidades de Utentes:		
Lares de Idosos	1.431.660,60	1.443.702,33
Apoio Domiciliário	99.965,75	94.214,29
CAID - Utentes Particulares	67.017,61	51.337,50
CATI - SAD	52.601,82	38.307,72
CATI - Centro de Dia	9.484,60	13.641,99
Passantes	0,00	705,00
Total de Mensalidades de Utentes	1.660.730,38	1.641.908,83
Quotizações e joias	39.136,00	45.704,70
Total de Quotizações e Joias	39.136,00	45.704,70
Serviços Secundários:		
Reabilitação	397.641,30	395.731,79
Programas	16.082,50	15.101,25
Meios Complementares	1.145,63	364,58
CATI - Cantina Social	86.880,00	97.975,00
Outros	103.272,08	93.631,54
Total de Serviços Secundários	605.021,51	602.804,16
Total de Prestação de Serviços	2.304.887,89	2.290.417,69

20- SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor presente nesta rubrica refere-se ao recebimento do subsídio da Segurança Social correspondente às várias valências asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

	2016	2015
Lar Dr. Paula Borba	421.550,30	412.422,69
Lar Acácio Barradas	140.821,20	138.699,96
Centro Apoio Idosos Dependentes	494.128,64	486.539,97
Apoio Domiciliário	448.752,03	451.789,84
CATI	528.976,88	502.917,08
Total	2.034.229,05	1.992.369,54



21 – CUSTO DA MERCADORIA VENDIDA

Descrição	2016				2015
	Inventário 01/01/2016	Compras	Inventário 31/12/2016	Consumo do Ano	Consumo do Ano
Medicamentos e Fraldas	9.240,93	153.650,09	6.491,81	156.399,21	133.138,85
Consumíveis Refeitório	0	281.029,08	0,00	281.029,08	358.585,24
Material Limpeza e Outros	4.326,68	59.101,98	3.057,00	60.371,66	73.433,45
Total	13.567,61	493.781,15	9.548,81	497.799,95	565.157,54

22 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos nos exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2016	2015
621 - Subcontratos	-	-
622 - Serviços especializados		
. Trabalhos Especializados	58.736,30	54.347,23
. Publicidade e propaganda	11.444,55	23.647,90
. Vigilância e segurança	57.564,00	66.420,00
. Honorários	260.182,50	233.288,06
. Conservação e reparação	26.373,95	50.629,21
. Serviços Bancarios	28.769,37	32.681,37
623 - Materiais		
. Material de Escritório	7.661,77	7.048,04
. Artigos para oferta	-	1.683,14
624 - Energia e fluidos		
. Electricidade	77.886,44	75.110,57
. Combustíveis	150.456,71	173.878,84
. Água	40.221,60	40.993,38
625 - Deslocações, estadas e transportes	54,90	178,60
626 - Serviços Diversos		
. Rendas e alugueres	20.298,79	20.599,81
. Comunicação	30.625,50	27.618,61
. Seguros	12.093,61	10.967,88
. Contencioso e Notariado	2.269,98	3.709,09
. Despesas de Representação	4.900,80	12.360,73
. Limpeza, Higiene e Conforto	1.196,22	1.091,00
. Outros Serviços	42.098,59	60.033,25
TOTAL	832.835,58	896.286,71



23 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015 detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao Pessoal	2.281.619,42	2.196.888,22
Benefícios Pós-Emprego	-	1.723,41
Indemnizações	16.271,63	7.454,39
Encargos sobre as Remunerações	471.416,84	459.678,19
Seguros de Acidentes no Trabalho	31.476,40	15.189,66
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	28.179,60	17.871,62
Total	2.828.963,89	2.698.805,49

24 – IMPARIDADES e PROVISÕES

Nos exercícios de 31.12.2016 e 31.12.2015 estas rubricas apresentam os seguintes detalhes:

Descrição	2016	2015
Imparidades		
Reforço Imparidade Quotizações	19 563,00	25 000,00
Reversão de imparidade de utentes e outros devedores	-3 000,00	-3 271,66
Total de imparidades	16 563,00	21 728,34
Provisões		
Reforço (nota 15)	11 300,00	-5 040,00
Total de Provisões	11 300,00	-5 040,00

25 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015 detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	1.017,90	540,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	132.292,77	139.239,44
Outros rendimentos e ganhos	29.088,75	55.933,88
Total	162.399,42	195.713,32



26 – OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015 detalha-se como segue:

Descrição	2016	2015
Impostos	5.184,69	-
Perdas em inventários	475,80	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	375,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	520,68
Outros Gastos	77.386,12	138.641,75
Total	83.046,61	139.537,43

A diminuição da rubrica “Outros Gastos” deve-se essencialmente ao acerto de gastos do C.A.T.I. de 2014 ocorrido em 2015.

27 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os gastos com depreciações apresentavam-se como segue:

Descrição	2016	2015
Propriedades de Investimento	95.852,87	43.430,44
Activos Fixos Tangíveis	107.512,32	110.176,17
Total	203.365,19	153.606,61

O aumento ocorrido nas depreciações resulta da reavaliação ocorrida em 2015.

28– JUROS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	52.037,91	52.668,74
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos de financiamento	106,38	-
Total	52.144,29	52.668,74



29 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

30 - DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 7 de Março de 2017.



10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS COM REPARTIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016

CONTAS	Lar Dr. Paula Borba	Lar Acácio Barradas	CAID	Apoio Domiciliário	CATI	TOTAIS
RENDIMENTOS	914.628,82	352.941,45	995.337,93	570.552,39	1.145.853,55	3.979.314,14
Prestação Serviços	483.724,31	209.702,17	479.733,05	114.004,02	601.813,26	1.888.976,82
Comp. Sub Explor	421.550,30	140.821,20	494.128,64	448.752,03	528.976,88	2.034.229,05
Reversão de Provisões	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outros Ganhos Rend.	9.327,31	2.411,35	18.451,58	7.771,68	15.031,58	52.993,51
Proveitos Financeiros	26,90	6,72	24,66	24,66	31,83	114,76
GASTOS	891.142,18	421.328,88	976.054,59	533.155,23	1.099.793,20	3.921.474,08
Custo Materias Consumidas	130.196,69	50.727,56	96.070,68	37.073,33	168.949,21	483.017,47
Forneci. Serviços Externos	124.515,07	57.112,18	150.709,78	82.063,97	279.655,95	694.056,94
Custos c/ Pessoal	585.178,57	289.791,46	651.733,27	389.208,30	599.043,45	2.514.955,06
Depreciações / Amortizações	27.191,95	15.671,77	44.277,59	4.568,41	10.437,13	102.146,84
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos Perdas	12.182,44	5.056,54	22.375,59	9.353,54	27.652,47	76.620,56
Custos Financeiros	11.877,47	2.969,37	10.887,68	10.887,68	14.055,01	50.677,21
RESULTADO ANO	23.486,63	-68.387,43	19.283,35	37.397,17	46.060,35	57.840,06

CONTAS	Clínica	Centro Médico	Clube Vida	Patrimonio	Administração	TOTAIS
RENDIMENTOS	389.402,98	12.343,13	16.082,50	133.577,24	0,00	551.405,85
Prestação Serviços	387.485,44	12.343,13	16.082,50	0,00	0,00	415.911,07
Comp. Sub Explor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão de Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rend. Ganhos	1.914,40	0,00	0,00	133.577,24	0,00	135.491,64
Proveitos Financeiros	3,14	0,00	0,00	0,00	0,00	3,14
GASTOS	398.278,85	14.174,82	27.560,95	136.666,81	30.863,00	607.544,43
Custo Materias Consumidas	12.006,32	31,17	412,05	2.332,94	0,00	14.782,48
Forneci. Serviços Externos	87.871,41	8.141,10	18.419,58	24.346,55	0,00	138.778,64
Custos c/ Pessoal	293.187,55	4.771,33	6.553,37	9.496,58	0,00	314.008,83
Depreciações / Amortizações	4.383,90	0,00	944,73	95.889,72	0,00	101.218,35
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	30.863,00	30.863,00
Outros Gastos Perdas	-556,03	1.231,22	1.231,22	4.519,64	0,00	6.426,05
Custos Financeiros	1.385,70	0,00	0,00	81,38	0,00	1.467,08
RESULTADO ANO	-8.875,87	-1.831,69	-11.478,45	-3.089,57	-30.863,00	-56.138,58



11 – PARECER DO DEFINITÓRIO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

Parecer do Definitório

Caros Irmãos:

No cumprimento das competências que lhe são conferidas pelo artigo trigésimo segundo do “Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal”, vem o Definitório apresentar e submeter à apreciação da Assembleia Geral, o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência, referentes ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dezasseis.

RESPONSABILIDADES

É da responsabilidade da Mesa Administrativa, a preparação de documentos financeiros que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como, a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do exercício, no exame das demonstrações financeiras e na análise técnica realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

ÂMBITO

O Definitório, acompanhou a actividade da Mesa Administrativa, tendo o seu Presidente, por permissão especial da Mesa Administrativa, assistido a algumas das suas reuniões.

Desses nossos contactos e observações consideramos, que foi preocupação da Mesa Administrativa, a continuação da organização dos serviços e do funcionamento da Instituição, procurando melhorar a gestão quer dos seus recursos humanos quer dos seus equipamentos.

A nossa análise e fiscalização foi complementada com a consulta de documentos, interpretação dos mapas financeiros e demais elementos colocados pelos Serviços à nossa disposição, assim como por esclarecimentos solicitados às Direcções Financeira e Administrativa, tendo obtido os esclarecimentos solicitados.

COMENTÁRIO

No que respeita aos aspectos de natureza económica e financeira, é nosso entendimento que estes continuam a apresentar fragilidades, nomeadamente os de natureza financeira, que devem manter-se na primeira linha das preocupações do Executivo. Alguns custos, de entre os vulgarmente chamados gastos gerais, tiveram reduções com algum significado, mas continua a ser necessário a redução daqueles que ainda apresentam valores com elevada materialidade.

Os custos com o pessoal continuam a mostrar bastante rigidez, aliás, característica das situações em que a utilização da mão-de-obra é intensiva, como é o caso da nossa Instituição. No ano de dois mil e dezasseis, estes gastos tiveram um incremento de cerca de 130.000€ (cento e trinta mil euros), relativamente ao ano anterior, ou seja, um aumento de cerca de



4,8% (quatro vírgula oito por cento), muito embora uma boa parte dos quais por imposição legal, pela fixação de um maior valor do salário mínimo.

Isto não obsta à necessidade de um controlo atento a possíveis e eventuais incrementos, que possam tornar estes custos dificilmente comportáveis.

Também é nosso entendimento, que apesar dos esforços efectuados pelo Executivo no sentido de melhorar o funcionamento e rendibilidade das Valências da Saúde --- Clínica de Medicina Física e Reabilitação, Centro Médico e Clube Vida --- estas continuaram globalmente a gerar resultados negativos ---10.496,02 € (dez mil quatrocentos e noventa e seis euros e dois cêntimos) em dois mil e dezasseis.

O Resultado Líquido positivo de 1.701,48€ (mil setecentos e um euros e quarenta e oito cêntimos), beneficiou de idêntico resultado da Associada Gesmiseris Unipessoal, Limitada, no montante de 26.203,63€ (vinte e seis mil duzentos e três euros e sessenta e três cêntimos). Saliente-se que este foi o melhor resultado de sempre da Associada.

O cash-flow positivo de 232.929.67€ (duzentos e trinta e dois mil novecentos e vinte e nove euros e sessenta e sete cêntimos), foi totalmente absorvido para redução de passivos anteriores, pelo que, embora razoável, foi insuficiente para estabilizar as necessidades de Tesouraria.

À semelhança de exercícios anteriores, não foram realizados ganhos extraordinários, nomeadamente, os que resultariam com a venda dos imóveis cuja alienação está autorizada pela Assembleia Geral, e que a concretizarem-se poderão dar um contributo decisivo para a redução das necessidades de Tesouraria.

Deste modo, no âmbito do trabalho desenvolvido, verificámos da conformidade das Demonstrações Financeiras --- Demonstração dos Resultados, Balanço e Anexos --- com os registos que os suportam.

Procedemos ao exame das contas com a profundidade considerada adequada, e tendo em devida conta o Relatório de Auditoria e a Certificação Legal de Contas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, bem como, os comentários inseridos neste nosso documento, emitimos o seguinte

Parecer:

Considerando que os Mapas Financeiros, nomeadamente, a Demonstração dos Resultados, o Balanço e respectivos anexos, reflectem em todos os aspectos materialmente relevantes de forma apropriada e verdadeira a posição Patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, o Definitório propõe que sejam aprovados o Relatório e as Contas de Gerência relativas ao exercício de dois mil e dezasseis, apresentados pela Mesa Administrativa.

Setúbal, 27 de Março de 2017

O Presidente

O Vice-Presidente

O Vogal



12 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

& Ascensão, Cruz, Costa & Associados - S.r.o.c., Lda.

Sociedade de revisores oficiais de contas

M

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 11.967.980 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.784.035 euros, incluindo um resultado líquido de 1.701 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Capital Social 10.000 euros – NIPC / N° da Matrícula na C.R.C. de Lisboa 501 308 970
Inscrição nº 13 na OROC e nº 20171375 na CMVM
Sede: Rua Dr. Faria de Vasconcelos, 5 – 1º Dtº., 1900-206 Lisboa, Portugal
Tels. (351) 218 471 888 / 218 485 683 - Fax (351) 218 401 754



M

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**Ascensão, Cruz, Costa
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2017

Ascensão, Cruz, Costa & Associados – SROC, Lda.
Representada por Dr. José Manuel D'Ascensão Costa, ROC nº 950

